

Sumário

Número de notícias: 9 | Número de veículos: 8

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

IR: profissionais de saúde têm que emitir nota em app da Receita 2

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

INSS: calculadora mostra quanto tempo falta para se aposentar com novas regras de 2025
..... 3

CORREIO BRAZILIENSE - DF - DIREITO E JUSTIÇA
SEGURIDADE SOCIAL

Reforma Tributária: uma análise dos regimes específicos e seus impactos (Artigo) 5

G1 - NACIONAL - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Mesmo com regulamentação aprovada, reforma tributária não passa a valer agora; veja prazos
..... 7

VALOR ECONÔMICO - SP - INVESTE
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

"É muito difícil o mercado de capitais se desenvolver com incertezas" 8

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Inflação em alta e choque de juros são desafios de Galípolo no BC 12

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Preocupação com dívida pública pressiona estimativas de inflação 13

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Brasil assume presidência de Brics ampliado 14

O ESTADO - FORTALEZA - CE - ECONOMIA
ECONOMIA

Febraban diz que projeta taxa de juros de 15% até junho 15

IR: profissionais de saúde têm que emitir nota em app da Receita

LETICIA LOPES leticia.lobes@oglobo.com.br

Com o início de 2025, desde ontem, médicos, dentistas e demais profissionais de saúde, como psicólogos, fisioterapeutas e fonoaudiólogos, só poderão emitir seus recibos de pagamento por meio do sistema da **Receita Federal**. O uso da ferramenta Receita Saúde, que já existia de maneira opcional, agora será obrigatório para todos os profissionais de saúde que emitem seus recibos como pessoas físicas, ou seja, que não tenham empresas.

Assim, pacientes e profissionais de saúde não precisarão mais guardar os recibos em papel, já que as informações poderão ser consultadas diretamente no aplicativo e depois informadas na declaração do Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF) - a obrigatoriedade de usar o aplicativo valerá para as declarações que serão feitas no início de 2026, sobre o ano fiscal de 2025, mas o uso opcional já vale para as declarações deste ano, sobre 2024.

DESTAQUE NA MALHA FINA O objetivo da medida é reduzir o número de declarações que caem na malha fina. Isso porque, segundo o secretário especial da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, erros nos recibos dos gastos de-dutíveis com saúde se destacam entre os problemas: - Cerca de 25% das declarações que caem na malha apresentam alguma inconsistência relacionada aos recibos de prestadores de serviços de saúde pessoas físicas.

O Receita Saúde está disponível desde abril de 2024. É uma das ferramentas do aplicativo da **Receita Federal**, disponível para download nos sistemas Android e iOS.

Mesmo sendo opcional, segundo a **Receita Federal**, até o início de dezembro passado, mais de 380 mil recibos já tinham sido emitidos, totalizando mais de R\$ 215 milhões em valores de serviços de saúde prestados.

Para usar o sistema, os prestadores de serviços precisam estar com registro ativo nos respectivos conselhos profissionais. Além disso, devem estar cadastrados noCame-Leão. O cadastro é necessário para que o profissional não precise digitar os dados dos pagamentos para apuração do IRPF recolhido mensalmente, ou seja, o aplicativo carrega

automaticamente os recibos como rendimentos na declaração do prestador do serviço médico.

A emissão da nota pode ser feita pelo próprio profissional de saúde ou por um representante. Um prestador de serviços pode definir mais de um representante e um mesmo representante pode ser indicado por mais de um profissional.

RECIBO DO PACIENTE Do ponto de vista do paciente, é possível ver o recibo emitido logo após sua emissão, também no aplicativo. O recibo fica armazenado na base de dados da **Receita Federal**, será carregado automaticamente como despesa dedutível e já estará disponível na Declaração Pré-Preenchida do IRPF.

Em geral, o recibo deve ser emitido na data do pagamento da prestação do serviço, mas é possível fazer emissões retroativas. Caso o pagamento seja parcelado, deverá ser emitido um recibo para cada parcela paga.

No caso da emissão retroativa, o Receita Saúde pode ajudar no cálculo de recolhimento mensal do Camê-Leão do IRPF. Os recibos referentes ao ano-calendário 2024 podem ser emitidos até o último dia do prazo para a entrega da Declaração do IRPF em 2025, ou seja, contribuintes e prestadores de serviços têm a opção de usar a ferramenta já, antes da obrigatoriedade.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

INSS: calculadora mostra quanto tempo falta para se aposentar com novas regras de 2025

Cássia Almeida

Como acontece a cada virada de ano, ficou mais difícil se aposentar a partir de agora. A Reforma da Previdência de 2019 previu regras de transição que ficam mais rígidas a cada virada de ano. A idade mínima para a aposentadoria pelo **INSS** sobe, assim como o sistema de pontos, que combina tempo de contribuição com idade. Calculadora do GLOBO permite checar qual é a melhor opção para se aposentar para quem começou a trabalhar antes de 2019. É possível ver as opções também para servidores, professores e policiais, confira:

A Reforma da **Previdência Social**, aprovada há cinco anos, instituiu regras de transição para quem já estava trabalhando antes de 13 de novembro de 2019, quando foi promulgada a mudança no sistema de aposentadoria brasileiro. As alterações valerem tanto para o mercado formal do setor privado quanto para o serviço público federal. A cada ano, essas regras vão se tornando mais restritivas.

A calculadora do GLOBO mostra, para cada trabalhador, de acordo com o ano em que começou a trabalhar (ou seja, seu tempo de contribuição), sua idade atual e gênero, as regras mais vantajosas para se aposentar. Em alguns casos, são até quatro fórmulas possíveis de transição.

O resultado mostra o tempo que falta para se aposentar e qual será o percentual do benefício em cada uma das modalidades possíveis de aposentadoria. E sinaliza qual das regras vai proporcionar um ganho maior e qual vai permitir que o trabalhador se aposente em menos tempo com o maior valor de aposentadoria.

Clicando em cada uma das respostas, o trabalhador pode entender melhor as regras e saber quanto receberia e em quanto tempo se aposentaria caso a caso.

O **INSS** também ofereceu ao trabalhador uma simulação de aposentadoria. Basta estar logado no gov.br e clicar na opção Simular Aposentadoria. Mas a ferramenta do **INSS** mostra as exigências e quanto tempo falta para se aposentar pelas regras atuais, ou seja, pelos parâmetros de idade mínima e sistema de pontos previstos para o atual momento.

Ou seja, ao consultar o simulador do **INSS** em 2024, o trabalhador consegue ver qual idade e quanto tempo de contribuição ele precisaria ter em 2024 para se aposentar em 2024. No ano que vem, esse simulador será atualizado para as regras de 2025 e assim por diante. É uma simulação do momento presente.

A ferramenta do GLOBO projeta as exigências para o futuro, já que a Reforma da Previdência criou uma escadinha, com parâmetros cada vez mais rígidos nas regras de transição a cada ano. Ou seja, a calculadora do GLOBO mostra quanto tempo falta, de fato, de contribuição e idade para o trabalhador se aposentar considerando que, em 2025, as regras serão mais rígidas, em 2026, a exigência seria ainda maior e, assim por diante.

A ferramenta faz um cálculo efetivo, já considerando as regras no futuro, e mostra com precisão quando será possível pedir a aposentadoria e em que condições.

A calculadora do GLOBO também mostra as regras para os **servidores públicos** e para os professores, que são diferentes das aplicadas aos demais trabalhadores.

A Reforma da Previdência criou novos requisitos para se aposentar, que são idade mínima de 62 anos para mulheres e 65 para homens. E, ainda, tempo de contribuição de 30 anos para elas e 35 anos para eles.

Mas, para quem já estava no mercado de trabalho quando a Reforma da Previdência foi aprovada, há cinco anos, foram criadas quatro regras de transição. E em duas delas - o sistema de pontos e a idade mínima progressiva -, as exigências ficam mais rígidas em 2025.

A regra do sistema de pontos funciona assim: cada ano de recolhimento ao **INSS** corresponde a um ponto, enquanto cada ano a mais de idade vale outro. Portanto, a cada ano, o contribuinte soma dois pontos: um pela idade e outro pelo tempo de contribuição. A soma da idade e do tempo de contribuição tem que ser igual à da tabela, para o trabalhador poder requerer a aposentadoria.

Quando a tabela começou, em 2019, o mínimo era de

86 pontos para as mulheres e de 96 para os homens. Esses patamares avançam anualmente. Em 2025, serão de 92 pontos para as mulheres e 101 pontos para os homens.

Em 2028, a pontuação alcançará o limite de 105 pontos para os homens, sem novos aumentos. Cinco anos depois, em 2033, é a vez das mulheres, no limite de 100 pontos.

Na calculadora do GLOBO, basta inserir a sua idade e o seu tempo de contribuição para saber quanto tempo falta para você se aposentar por essa regra e pelas demais.

Outra regra da aposentadoria que passa por alterações em 2025 é a da idade mínima progressiva, que sobe seis meses a cada ano.

No ano que vem, a idade mínima para as mulheres se aposentarem sobe para 59. No caso dos homens, vai a 64.

E, a cada virada de ano, a exigência aumenta, até chegar aos 62 anos para as mulheres em 2031 e os 65 anos para os homens em 2027 - quando então ambos cumprirão a mesma regra válida para os brasileiros que começaram a trabalhar após a promulgação da reforma.

Lembrando que, além da idade necessária, é preciso cumprir um tempo mínimo de contribuição, de 35 anos para os homens e 30 anos para as mulheres. Na calculadora do GLOBO, é possível fazer essa simulação.

Para quem tem mais de 60 anos (homens) ou 57 anos (mulheres), outra regra possível para a aposentadoria é a do pedágio de 100% sobre o tempo de contribuição - ou seja, tem que cumprir o dobro desse período em relação ao que teria que trabalhar antes da reforma. São 35 anos de tempo de contribuição para homens e 30 para mulheres.

A última regra é a de aposentadoria por idade, que exige porém um mínimo de 15 anos de contribuição, mas que costuma ser mais vantajosa para quem não conseguiu se manter no mercado de trabalho contribuindo regularmente ao **INSS** de forma contínua. Para isso, a mulher precisa ter 62 anos e o homem, 65 anos.

O valor da aposentadoria pelo **INSS** será sempre limitada ao teto do setor privado, atualmente em R\$ 7.786,02.

O cálculo começa com 60% do valor a que o trabalhador teria direito, de acordo com o salário que

contribuiu durante seu tempo de trabalho, aos 20 anos de contribuição, para os homens e 15 anos para a mulher. Depois vai subindo dois pontos percentuais a cada ano a mais de contribuição até alcançar 100%. E isso vale para todas as regras de transição do setor privado.

A melhor regra de transição para se aposentar varia caso a caso. Por exemplo, em 2024, um homem de 55 anos que começou a trabalhar com carteira assinada aos 18 anos se encaixa nas quatro regras de transição previstas na reforma. A calculadora do GLOBO indica que ele já pode se aposentar, caso opte pelo pedágio de 100%, recebendo o total do benefício limitado ao teto do **INSS**, que atualmente está em R\$ 7.786,02.

Uma mulher de 45 anos que tenha começado a trabalhar aos 23 anos pode optar por quatro das regras de transição. A calculadora do GLOBO mostra que, neste caso, a melhor regra, tanto considerando o valor do benefício como o tempo que é preciso esperar até a aposentadoria, é no pedágio de 100%, o que exige o dobro do tempo de contribuição que seria necessário antes da reforma. Dessa maneira, poderá se aposentar em 16 anos, em 2040.

A Reforma da Previdência alcançou os funcionários públicos. Nesse caso, há duas regras de transição: uma pelo sistema de pontos e outra pelo pedágio de 100%. A calculadora do GLOBO também faz simulações sobre tempo da aposentadoria para os servidores. Nesse caso, se uma servidora de 35 anos, que começou a trabalhar em 2008 e entrou para o serviço público em 2010, poderá se aposentar com a totalidade do benefício a que tem direito em 2049, aos 60 anos.

A calculadora também mostra como fica a situação dos professores tanto na rede privada quanto na pública. Uma professora de 45 anos, que começou a trabalhar aos 24 anos em sala de aula em escola privada vai conseguir se aposentar em 2036, aos 58 anos, ganhando 96% do benefício a que tem direito. Precitaria trabalhar por mais dois anos para conseguir a aposentadoria integral pela regra de idade e contribuição.

Se for um professor da rede pública, também com 45 anos e começando a dar aulas na rede pública aos 24 anos, vai se aposentar com o benefício integral em 2041, aos 62 anos. E como ele começou a trabalhar antes em 2003, terá direito ao último salário e aos reajustes que os professores na ativa tiveram.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2025/01/02/inss-calculadora-mostra-quanto-tempo-falta-para-se-aposentar-com-novas-regras-de-2025.ghtml>

Reforma Tributária: uma análise dos regimes específicos e seus impactos (Artigo)

**Leonardo Roesler Sócio do RMS Advogados,
especialista em direito tributário e empresarial**

A recente regulamentação da **reforma tributária**, consubstanciada no Projeto de Lei Complementar 68/2024, representa um marco no sistema tributário brasileiro, ao propor 11 regimes específicos de tributação direcionados a setores estratégicos da economia. Com fundamento na Emenda Constitucional 132/2023, o texto aprovado pela Câmara dos Deputados configura uma tentativa de mitigar a complexidade do sistema vigente, assegurando maior transparência, competitividade e racionalização das obrigações tributárias. A abordagem setorial, porém, reflete não apenas a necessidade de tratar de forma diferenciada as especificidades econômicas, mas também o desafio de preservar a neutralidade fiscal enquanto se promove a justiça tributária.

O setor de combustíveis, por exemplo, permanece sob o regime monofásico de tributação, no qual a incidência tributária ocorre em apenas um ponto da cadeia produtiva. Nesse contexto, produtores de biocombustíveis, refinarias e unidades petroquímicas são designados como contribuintes principais. O modelo também abrange importadores e formuladores de combustíveis autorizados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Essa estrutura busca evitar a acumulação de créditos tributários nos demais elos da cadeia, como distribuidores e varejistas, promovendo maior previsibilidade e simplicidade nas operações.

A diferenciação também se aplica aos biocombustíveis e ao hidrogênio verde, cuja carga tributária varia de 40% a 90% daquela aplicável aos combustíveis fósseis.

Essa abordagem não apenas promove a competitividade das fontes de energia sustentáveis, mas também reforça compromissos ambientais assumidos pelo Brasil em tratados internacionais. A medida é coerente com o objetivo maior da reforma de alinhar-se a princípios de sustentabilidade e eficiência econômica.

O sistema financeiro, por sua vez, é contemplado por um regime específico que respeita as particularidades das instituições que o compõem, como bancos,

cooperativas de crédito, seguradoras e entidades de **previdência complementar**. As alíquotas foram desenhadas para preservar a carga tributária vigente no período de referência de 2022 a 2023, enquanto a base de cálculo permite deduções importantes, como despesas financeiras e provisões para créditos de liquidação duvidosa. Tal flexibilidade é essencial para manter a estabilidade do setor, que desempenha papel crucial na intermediação econômica e no fomento à atividade produtiva.

Outro destaque é o tratamento conferido aos fundos de investimento, que, em regra, não serão tributados pelo IBS e CBS.

Todavia, fundos específicos, como os de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) e imobiliários (FII), estarão sujeitos a essas contribuições caso não observem requisitos de isenção ou atuem de maneira a gerar distorções no mercado. No setor de loterias, o projeto introduz critérios para apuração da receita líquida, incluindo deduções de prêmios e destinações obrigatórias, garantindo que a tributação incida sobre o resultado efetivo das operações.

Em relação aos planos de saúde, a Emenda Constitucional 132/2023 prevê uma alíquota reduzida em 60%, incidindo sobre a receita ajustada dos serviços e das reservas técnicas. Essa redução reflete o compromisso de preservar o acesso à saúde, ao mesmo tempo em que assegura a contribuição do setor para o financiamento público. Planos de autogestão sem fins lucrativos, que atendam aos requisitos legais, serão isentos, destacando o papel social dessas entidades.

A inclusão de planos de saúde para animais também reflete a expansão da reforma para setores emergentes, com uma redução de 30% na carga tributária, mas sem possibilidade de aproveitamento de créditos pelos contratantes. Esse movimento é um indicativo da flexibilidade da reforma em adaptar-se a novas demandas do mercado e às mudanças nos hábitos de consumo da população brasileira.

A **reforma tributária**, portanto, ao implementar regimes específicos, busca equilibrar a necessidade de simplificação com a preservação das peculiaridades setoriais.

Apesar dos avanços, a pluralidade de regras ainda exige uma execução precisa e fiscalização eficiente, garantindo que os objetivos de justiça fiscal e neutralidade econômica sejam efetivamente alcançados.

O projeto aprovado reforça a importância de uma abordagem sistêmica, ao mesmo tempo em que preserva a competitividade de setores fundamentais para o desenvolvimento nacional.

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/impressa/6829/02-01-2025.html?all=1>

Mesmo com regulamentação aprovada, reforma tributária não passa a valer agora; veja prazos

*Por Vinícius Cassela e Gabriella Soares, g1 e GloboNews
- Brasília*

A **reforma tributária** aprovada pelo Congresso Nacional em 17 de dezembro ainda tem um longo período antes de começar a valer.

O projeto detalha regras para a cobrança dos três novos **impostos** sobre o consumo criados pela **reforma tributária**, promulgada em 2023.

O último prazo definido para que toda a **reforma tributária** comece a valer é apenas em 1º de janeiro de 2033, mas até lá existem várias datas de transições (entenda abaixo os prazos).

Além disso, a proposta ainda precisa ser sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para, então, se transformar em lei.

Só a partir da assinatura do presidente, todos os prazos estabelecidos no texto começam a contar.

Todas as demais regras da **reforma tributária** cujo prazo não foi definido.

Site:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/01/02/mesmo-com-regulamentacao-aprovada-reforma-tributaria-nao-passa-a-valer-agora-veja-prazos.ghtml>

"É muito difícil o mercado de capitais se desenvolver com incertezas"

Por Lu Aiko Otta e Guilherme Pimenta - De Brasília

O mercado de capitais ultrapassou pela primeira vez, no ano passado, o bancário como fonte de financiamento das empresas brasileiras. "Tivemos um ano extraordinário", disse ao Valor o secretário de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda, Marcos Pinto. As emissões estão em volume recorde, tendo alcançado R\$ 677,3 bilhões até novembro, segundo dados da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima).

Houve sucesso em dois objetivos: fomentar o mercado de capitais e reduzir o "spread" bancário. No mercado de capitais, o spread está em 1,7%. No bancário, chegou a 8,4%, o que representa redução em relação aos 10% que eram praticados quando 80% do crédito dependia dessa fonte.

Pinto compara: em 2003, as emissões do mercado de capitais representavam 0,8% do Produto Interno Bruto (**PIB**). Vinte anos depois, avançaram para 5,8% do **PIB**. Na mesma base, o setor de seguros, excluindo os planos de previdência VGBL, passou de 1,4% do **PIB** para 1,7% do **PIB**, um avanço bem mais modesto.

"Eu acho que esses números demonstram a importância das reformas", afirmou. Enquanto o mercado de capitais passou por diversos aperfeiçoamentos ao longo das últimas duas décadas, o mercado de seguros só ganhou um marco legal moderno em 2024. Até agora, o setor era regido por dispositivos do Código Civil de 2002, que eram cópia da legislação de 1916, disse.

Em 2024, as operações de crédito para aquisição de automóveis e as operações de home equity cresceram ao ritmo de 40% acima do ano anterior. "Refletem reformas como o novo marco de garantias, uma agenda que prossegue em 2025." A seguir, os principais trechos da entrevista.

Avanços na agenda Regulamos o marco das garantias. No começo do ano [2024], mudamos o regime de instrumentos isentos: CRI [Certificados de Recebíveis Imobiliários], CRA [Certificados de Recebíveis do Agronegócio], LCI [Letras de Crédito Imobiliário], LCA [Letras de Crédito do Agronegócio]. Foi relevante e tem uma mudança bem significativa no

mercado. Aprovamos também um novo regime legal de juros, que flexibilizou a Lei da Usura, uma lei que vigorava desde o primeiro governo Getúlio Vargas (1930-1945). Na reta final do ano, aprovamos dois projetos: a lei do contrato de seguros e a que trata de associações e cooperativas de seguro.

Ainda em discussão no Congresso A lei de infraestrutura no mercado financeiro foi aprovada na Câmara, mas ainda não conseguimos aprová-la no Senado. A lei de resolução de instituições financeiras está em regime de urgência na Câmara. A lei de falências foi aprovada na Câmara, mas ainda não no Senado. E a lei de execução extrajudicial, que está em caráter terminativo na CCJ [Comissão de Constituição e Justiça] do Senado. Falta esse passo, que é a aprovação da CCJ para ela vir para a Câmara.

Recorde de emissões No âmbito do mercado de capitais, tivemos um ano extraordinário para dois dos nossos objetivos principais, que eram fomentar o mercado de capitais, aumentando assim a concorrência com o setor bancário e, com isso, reduzir o spread. Tivemos recorde de oferta, mesmo com o mercado de equities fechado. Já temos o melhor ano da história.

Virada Acho que [2024] foi um ano muito significativo para o Brasil, porque o mercado de capitais passou a ser a principal fonte de financiamento das empresas brasileiras. Há 10 anos, o mercado de capitais era 20% no financiamento das empresas brasileiras. Hoje ele já é mais de 50%. É legal vermos o efeito disso nos spreads, que são os menores da história também. Estão em cerca de 1,7%, o que é muito baixo. Estamos no padrão internacional.

O crédito é muito difícil se não houver uma boa lei de falências, por isso nós a reformulamos"

Spread menor O spread bancário brasileiro, quando os bancos representavam 80% do crédito, era de 10%. As maiores empresas, com melhor rating, migraram para o mercado de capitais, para esse spread de 1,75%. E, ainda assim, o spread bancário caiu de 10% para 8,2%. Hoje o spread para as empresas, incluindo mercado bancário e mercado de capitais, está, em média, abaixo de 5%.

Trajatória Foi uma trajetória de irmos conquistando,

subindo diversos degraus ao longo do tempo. O crédito é muito difícil se não houver uma boa lei de falências, por isso nós a reformulamos. O mercado de capitais é muito difícil se não houver proteção dos investidores. A CVM [Comissão de Valores Mobiliários] foi melhorando o "disclosure", as regras de proteção aos investidores. Com incerteza jurídica, é muito difícil o mercado de capitais se desenvolver. E havia muita incerteza, por exemplo, sobre a aplicação de Lei da Usura. Isso foi resolvido este ano. Os títulos isentos puxavam artificialmente a captação para o sistema bancário. É um processo cumulativo.

Importância das reformas Em 2003, o volume de emissões no mercado de capitais brasileiro era de 0,8% do **PIB**. Nessa época, o setor de seguros, excluindo **VGBL** - que é previdência, não é seguro - representava 1,4% do **PIB**. Em 2023, o mercado de capitais representava já 5,8% do **PIB**. Não estou nem contando 2024, que deve ser melhor ainda. E o setor de seguros foi de 1,4% do **PIB** para 1,7% do **PIB** nesses 20 anos. Acho que esses números demonstram a importância das reformas. O setor de seguros não teve as mesmas reformas que o mercado de capitais teve ao longo dos anos.

Seguros e cooperativas Aprovamos duas leis muito importantes para o mercado de seguros: a lei do contrato de seguros, cujo propósito principal é proteger o segurado. E a segunda lei trata de associações e cooperativas de seguro e aumentou muito os poderes de fiscalização e punição da Susep [Superintendência de Seguros Privados]. Essa segunda lei abriu o mercado segurador para associações e cooperativas. As cooperativas representam mais de 6% do crédito no Brasil, mas não operam no mercado de seguros. Mundo afora, grandes seguradoras eram cooperativas no início.

Associações patrimoniais Essa lei ainda trouxe para a regulação um mercado que operava à margem, que é o das associações patrimoniais. Elas protegem de cinco a oito e operavam num regime que não se sabe se estavam ofertando seguro, se a atividade dela estava ou não de acordo com a legislação. Foi feito um processo para trazer todas essas empresas para dentro do mercado segurador, regulado. Elas vão poder operar, terão regras menos exigentes do que as seguradoras, mas exigentes o suficiente para dar segurança para o poupador, para o segurado. Acreditamos que vão expandir muito o funcionamento do mercado.

IVA mais moderno do mundo O sistema brasileiro do IVA [Imposto sobre Valor Agregado, criado com a reforma dos **tributos** sobre o consumo] para o mercado seguros e para o mercado bancário é o mais moderno do mundo hoje, eu acho. Conversamos com

diversos países e especialistas internacionais, e todos concordaram que é uma ótima alternativa. Estamos aplicando um regime em que os serviços bancários e de seguros geram créditos para as pessoas jurídicas que os contratam. Especialmente para o mercado de seguros, está contratado para 2027 o fim do IOF, que hoje é um imposto extremamente punitivo. O IOF para seguro de carro é de mais de 7%.

IVA no setor financeiro Não será cobrado IVA nos serviços bancários, mas os bancos acabam acumulando crédito, porque eles contratam um monte de serviços do outro lado. Nosso sistema vai ter a cobrança, o que é recomendado pela teoria econômica. Por outro lado, montamos um esquema novo para que os tomadores de serviços financeiros possam se creditar do imposto pago pelos bancos. Isso nunca tinha sido feito antes. Os bancos vão pagar o imposto só sobre a receita de intermediação.

Mudanças no seguro Hoje, infelizmente, existe alguma desconfiança da população com o mercado de seguros. E parte disso é porque nunca tivemos uma lei de contrato de seguro que protegesse adequadamente o segurado. Até a edição dessa lei, os seguros no Brasil eram regidos pelo Código Civil de 2002, cujo conteúdo era idêntico ao do Código Civil de 1916 e que refletia uma realidade muito diferente da atual. Acho que o nível de confiança vai aumentar. Além disso, o mercado de seguros no Brasil hoje é extremamente concentrado. Ao permitirmos que associações e cooperativas entrem nesse mercado, teremos muito mais oferta.

Os títulos isentos puxavam artificialmente a captação para o sistema bancário. É um processo cumulativo"

Proteção aos investidores Esse projeto não andou. Já fizemos uma negociação muito longa com a Abrasca [Associação Brasileira das Companhias Abertas] de um lado e associações e representantes minoritários do outro para tentar chegar a um bom termo. Acho que estamos muito próximos. No projeto de resoluções, fechamos toda a negociação com os setores. O relator está pronto para apresentar o parecer e pôr esse projeto para votar também.

Empresas menores O mercado de capitais hoje funciona bem, mas ainda é para poucas empresas. Queremos ir descendo degraus no tamanho das empresas que acessam o mercado de capitais. E a estratégia é ir modulando os requisitos regulatórios conforme tamanho e risco. A CVM lançou uma norma reduzindo muito os requisitos para emissão de dívida de empresas que faturam até R\$ 500 milhões, o Fácil. O mercado destacou muito a parte da emissão de ações - que eu acho importante, mas mais desafiador, porque são raros os países do mundo onde tem um

mercado de ações grande para pequenas empresas. Por outro lado, em vários países do mundo as companhias menores acessam o mercado de dívida. E aqui precisamos reduzir requisito regulatório para essas ofertas ficarem mais baratas. A CVM lançou a consulta pública e acho que vão editar a norma [em 2025].

Selic elevada em 2025 Faço muita questão de distinguir entre elemento estrutural e conjuntural. Nós estamos fazendo reformas estruturais para o longo prazo. Então, ainda que tenhamos uma retração no volume de crédito, no volume do mercado de capitais [em 2025], em função das condições macroeconômicas, acredito que teremos um volume maior do que anteriormente, por causa das reformas estruturais. Acho que essas reformas vieram para ficar. A maior prova disso é que em 2024 batemos o nível de emissões, mesmo com a taxa de juros média no ano muito elevada. A Selic já teve patamares menores e não conseguimos alcançar esse mesmo volume de emissões anteriormente. Então acho que mudou mesmo de patamar no mercado. Óbvio que as circunstâncias conjunturais vão afetar. Isso faz parte de a política monetária funcionar, mas acho que o estrutural fica.

Crédito acima do esperado O Banco Central mencionou nas suas últimas comunicações o crescimento do crédito no mercado de capitais, porque você não pode só olhar o crédito bancário. Por exemplo, o financiamento de veículos está crescendo na ordem de 40%, o home equity crescendo na ordem de 40% no ano, no período de 12 meses versus 12 meses. Isso é fruto de reformas. O home equity está tendo uma virada muito grande por causa da lei do marco das garantias. Antes, você só podia pegar um financiamento imobiliário. Agora, você faz financiamento imobiliário e pega o home equity em cima. No financiamento de veículos, a recuperação de carros [em caso de inadimplência] está acontecendo muito mais rápido e o sistema nem está todo implantado ainda. Então, esse é o elemento estrutural que veio para ficar.

Política monetária A maior quantidade de crédito faz com que a economia seja mais sensível à política monetária no longo prazo. Então, se temos mais crédito, a gente vai precisar subir menos os juros para ter o mesmo efeito. Não estou comentando política monetária, aumentar ou não [os juros], estou falando de estrutural. Poderemos ter, estruturalmente, juros mais baixos no país.

Concorrência das "big techs" Estou muito convicto de que existe uma sensibilidade, tanto na esquerda quanto na direita, sobre a necessidade de regular o aspecto concorrencial das "big techs". A esquerda

deposita muitas esperanças na concorrência como um meio de coibir poder de mercado. Para a direita, a concorrência é um valor fundamental, porque sem ela o capitalismo não funciona. Então, eu acho que o nosso projeto vai encontrar uma recepção muito boa, tanto na esquerda quanto na direita. Não vamos enfrentar o mesmo tipo de divisão e polarização que outros aspectos da regulação de big techs têm. As conversas que eu tenho tido no Congresso têm sido muito positivas. Temos consenso no governo sobre o que está no relatório, mas ainda precisamos definir detalhes importantes. Por exemplo, como vai ser estruturada a unidade que foi recomendada no relatório, dentro do Cade [Conselho Administrativo de Defesa Econômica], qual vai ser o sistema; o procedimento de designação das empresas sistemicamente relevantes e da imposição das obrigações; e quais vão ser as obrigações possíveis que o Cade vai poder implementar. Esses três pontos estão em discussão. Estamos bem avançados.

Novos projetos em 2025 Queremos prosseguir na agenda dos "twin peaks", discutir com a sociedade os termos de um eventual rearranjo do sistema regulatório. Tem projetos novos a serem enviados ao Congresso, e o consignado privado é um deles. Ainda não enviamos o nosso projeto de reforma da tributação de aplicações financeiras. Há muita ineficiência na tributação, o que impede o bom funcionamento de mercado. Por exemplo, ela impede que se façam hedge no exterior ou empréstimo de ações. E temos toda uma agenda conjunta com o Banco Central de redução dos spreads. Particularmente, o projeto que mais me encanta nessa agenda conjunta é da utilização do Pix como garantia.

Pix como garantia Não estou falando aqui do Pix garantido ou do Pix crédito, que vão ser mecanismos de financiamento ao consumidor. Estou falando da possibilidade de as empresas darem o seu fluxo de Pix em garantia para financiamentos. Micro e pequenas empresas. Eu acho que, com um pouco de tecnologia, conseguiremos estruturar esse produto. Estamos conversando com o Banco Central a respeito. É como se fosse um consignado do lojista.

Consignado do setor privado

Acho que para o começo do ano vamos conseguir enviar o projeto. Construímos toda a infraestrutura de tecnologia da informação necessária para fazer [os consignados] e ela está pronta. Falta tomar decisões políticas sobre alguns aspectos do projeto para enviá-lo para o Congresso. Tem essa discussão sobre o saque-aniversário [o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, quer acabar com essa modalidade e substituí-la pelo consignado]. Tem uma discussão sobre o funcionamento da plataforma, que ainda não

está totalmente fechada. São os dois pontos principais, eu diria. Para Marcos Pinto, secretário de Reformas, avanços regulatórios geraram frutos

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188080?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188080?page=1§ion=1)**

Inflação em alta e choque de juros são desafios de Galípolo no BC

O economista Gabriel Galípolo assumiu ontem a presidência do Banco Central tendo pela frente um dos quadros mais desafiadores para a política monetária desde o estabelecimento do regime de metas de **inflação** no Brasil, em 1999. Se, por um lado, a transição no banco transcorreu com poucos sobressaltos, por outro a **inflação** está acima do teto da meta, as expectativas do mercado financeiro continuam

"desancoradas" (ou seja, longe do alvo oficial) e as incertezas sobre a sustentabilidade da dívida pública vêm promovendo uma forte alta do dólar que ainda não foi totalmente repassada para os índices de preços.

Mesmo que o BC tenha subido os juros nas três últimas reuniões e indicado duas novas altas para o início deste ano - o que levaria a Selic de 10,5%, em setembro de 2024, para 14,25% em março -, os indicadores financeiros do País continuam se deteriorando. A explicação passa pelo temor do que os economistas chamam de "dominância fiscal", quando a política monetária começa a perder eficácia, sem que a alta dos juros consiga conter a piora do dólar e da **inflação**.

Segundo o economista-chefe para a América Latina do Goldman Sachs, Alberto Ramos, o desafio de Galípolo é claro, porém se transformou em uma missão "quase impossível" sem a ajuda da política fiscal (controle de gastos). Isso porque o uso do único instrumento eficaz para o BC combater a **inflação** - a alta dos juros - terá um forte impacto sobre a dívida bruta do governo, o que irá agravar a percepção de risco sobre as contas públicas.

"Os desafios são claros, mas complexos. O desafio é cumprir o mandato do Banco Central de alinhar a **inflação** com a meta. Mas, neste contexto de elevado prêmio de risco e um governo que teima em não ajustar o fiscal, fica quase missão impossível para o BC", disse ele.

A diferença entre o momento atual e outros períodos é a dívida está extremamente elevada. Para efeito de comparação, a ex-presidente Dilma Rousseff tomou posse em janeiro de 2011 com a dívida bruta em 52,2% do **PIB**. Deixou o cargo com o indicador em 66,6%, um aumento de 14,4 pontos percentuais em

cinco anos e meio. Já o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assumiu com a dívida em 71,3%; hoje, está em 77,7% - um aumento de 6,4 pontos em menos de dois anos de mandato.

Se o déficit primário (sem incluir gastos com juros) do setor público foi de R\$ 192,8 bilhões em 12 meses até novembro, o déficit nominal (que inclui as despesas com juros) chegou a R\$ 1,1 trilhão. Ou seja, combater a **inflação** apenas com política de juros - sem que o governo reduza despesas - tem tido um forte efeito colateral sobre as contas públicas.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Preocupação com dívida pública pressiona estimativas de inflação

ALVARO GRIBEL

A preocupação no mercado com o crescimento acelerado do endividamento público tem se refletido nas projeções de **inflação** de longo prazo. O último relatório Focus, um compilado feito pelo Banco Central, mostra estimativas bem acima do centro da meta (de 3%) para o IPCA até 2027. Para este ano, por exemplo, a projeção mediana é de alta de 4,96% - acima também da margem de tolerância (de até 4,5%).

Se a dívida de um governo sobe muito rapidamente, a sua moeda tende a se desvalorizar também com velocidade, provocando **inflação**. Com isso, a solução para o Banco Central é subir os juros, o que torna mais cara a rolagem da dívida, provocando um círculo vicioso.

"O fato de as expectativas para 2027 terem começado a 'desancorar' (subir) é muito preocupante. 2027 não tem nada a ver com a necessidade de subirjuro por uma economia so-breaquecida que está gerando pressões sobre a **inflação**. A de-sancoragem de 2027 reflete a perda de credibilidade do regime de metas de **inflação**, e o Banco Central não pode validar isso. Estamos claramente vendo sintomas de dominância fiscal", afirmou o economista-chefe para a América Latina do Gold-man Sachs, Alberto Ramos.

Depois de dois anos de fortes ataques contra Roberto Campos Neto, antecessor de Gabriel Galípolo no comando do BC, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vem evitando críticas diretas a seu indicado, mesmo com o aumento recente dos juros.

Para o professor da PUC-Rio Luiz Roberto Cunha, Galí-polo começará no cargo com duas blindagens: uma, pelo próprio Lula; a outra, pelo BC, que na reunião de dezembro do Comitê de Política Monetária (Copom) deu o "guidance" (indicação futura) de mais

duas altas da Selic nas reuniões deste mês e em março. "Agora, é contar com alguma sorte na área externa e com um pouco de ajuda do Congresso quando novas propostas (de contenção de gastos) forem analisadas no primeiro semestre." Cunha vê a sinalização de Lula como um entendimento de que custará caro ao governo interferir no BC, mesmo com todas as críticas que vêm sendo feitas pelo PT sobre a condução da atual política de juros.

CENÁRIO EXTERNO. Em relatório a clientes, o economista Luis Otávio Leal, da G5 Partners, afirmou que o cenário externo é um desafio a mais para o BC no ano. A eleição de Donald Trump nos EUA provocou uma forte valorização do dólar em todo o mundo, o que também contribuiu para o enfraquecimento do real.

Leal afirma que o índice DXY, que mede a força do dólar em relação a uma cesta de moedas, disparou 8% desde que Trump começou a despontar na frente das pesquisas eleitorais. Isso acontece porque duas promessas de campanha de Trump têm efeitos inflacionários nos EUA: a restrição à imigração e o aumento de barreiras comerciais, o que tende a levar o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) a cortar menos os juros

do que o esperado. "Com a **inflação** mais alta, o Federal Reserve teria de manter os juros em patamar superior ao esperado, e juros mais altos significam moeda mais forte; o detalhe é que, quando essa moeda forte é o dólar, o mundo inteiro padece", diz Leal, lembrando que Trump quer elevar as tarifas em 10% para todos os países e em 35% para os produtos chineses, o que pode levar a uma guerra comercial, com impacto inflacionário e reflexos também no Brasil.*

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Brasil assume presidência de Brics ampliado

Lucianne Carneiro Do Rio

O Brasil assume oficialmente neste dia 1 - de janeiro a presidência rotativa do bloco econômico Brics, formado inicialmente por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, com o desafio de comandar o bloco no primeiro ano com cinco novos membros. A troca de comando ocorre de forma rotativa entre os membros do Brics pela ordem da sigla - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Agora, com a adesão dos novos integrantes, será discutido novo formato para a rotatividade da presidência.

Os países que integram o bloco a partir deste ano são: Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Egito, Irã e Etiópia. O convite foi oficializado na Declaração de Joanesburgo, documento acordado entre os integrantes do bloco. As nações foram convidadas a participar do bloco econômico dentre 20 candidaturas.

Neste formato estendido do bloco, o Brics passa a representar perto da metade da população mundial, 36% do Produto Interno Bruto global e mais de 50% das reservas de hidrocarbonantes do planeta.

Como referência, o G7, que reúne sete grandes economias desenvolvidas (EUA, Alemanha, Japão, França, Itália, Reino Unido e Canadá), tem 9,8% da população e cerca de 30% do **PIB** mundial.

A Cúpula do Brics, que reúne os chefes de Estado, está prevista inicialmente para o mês de julho, no Rio de Janeiro. Antes disso, no entanto, devem ser realizadas mais de cem reuniões dos grupos de trabalho com representantes dos países-membros para debater as prioridades da presidência do turno.

O lema da presidência do Brasil no Brics é "Fortalecendo a Cooperação do Sul Global por uma Governança mais Inclusiva e Sustentável", com o trabalho em dois focos principais de atuação: cooperação do Sul Global e reforma da governança global. Bandeira da presidência Luiz Inácio Lula da Silva desde seu primeiro mandato, a reforma da governança global foi também prioridade na presidência brasileira no G20, em 2024.

O Brasil estabeleceu cinco prioridades para os debates do Brics em 2025: facilitação do comércio e investimentos entre os países do agrupamento, por meio do desenvolvimento de meios de pagamento; promoção da governança inclusiva e responsável da inteligência artificial para o desenvolvimento;

aprimoramento das estruturas de financiamento para enfrentar as mudanças climáticas, em diálogo com a COP30 (Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025); estímulo aos projetos de cooperação entre países do Sul Global, com foco em saúde pública; e fortalecimento institucional do Brics.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188080?page=1§ion=1>

Febraban diz que projeta taxa de juros de 15% até junho

A taxa básica de juros do Brasil, a Selic, pode alcançar 15% ao ano em junho de 2025, de acordo com pesquisa da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) divulgada nesta quarta-feira (1º). O levantamento, realizado com 19 instituições financeiras entre 17 e 20 de dezembro, aponta que 84,2% dos bancos acreditam em um ciclo mais agressivo de aperto monetário pelo Banco Central (BC), superando os 14,25% projetados anteriormente.

Apesar da expectativa de alta para a Selic, 52,6% dos entrevistados acreditam que o BC começará a reduzir os juros ainda em 2025. O cenário é atribuído à perspectiva de desaceleração econômica no segundo semestre do ano, alinhada com a política monetária nos Estados Unidos, onde o FED deve reduzir suas taxas para o intervalo de 3,75% a 4% ao ano.

Atualmente, a taxa americana está entre 4,25% e 4,5%.

Inflação e câmbio Para 57,9% dos bancos, o IPCA, índice que mede a **inflação** brasileira, deve encerrar 2025 acima de 4,5%, ultrapassando o teto da meta do Conselho Monetário Nacional. A **inflação** é pressionada por um mercado de trabalho aquecido, câmbio depreciado e atividade econômica ainda robusta.

O dólar, que atualmente oscila próximo a R\$ 6, é projetado para cair levemente até julho de 2025, alcançando R\$ 5,90.

A depreciação cambial permanece como um desafio para o controle inflacionário.

A expectativa para o **PIB** brasileiro em 2025 é de crescimento de 2,0%, segundo metade das instituições financeiras consultadas. O Ipea, por sua vez, prevê expansão de 2,4% no período. No setor de crédito, a previsão é de crescimento de 9% no próximo ano, com destaque para a carteira direcionada, que deve avançar 9,7%. Contudo, essa expansão é inferior à de 2024, estimada em 10,5%.

A inadimplência também preocupa: a taxa da carteira livre deverá subir para 4,7% em 2025, acima dos 4,5% projetados na última pesquisa. "Esses dados indicam um cenário mais desafiador para as famílias e empresas, especialmente diante de juros elevados e

maior dificuldade de acesso ao crédito", analisa Rubens Sardenberg, diretor de Economia da Febraban.

No campo fiscal, 66,7% dos bancos estimam que o pacote aprovado no Congresso gere uma economia de R\$ 40 bilhões a R\$ 55 bilhões nos próximos dois anos, abaixo da previsão oficial de R\$ 69,8 bilhões. Parte do impacto foi reduzido após o Congresso desidratar as medidas inicialmente propostas.

Os dados revelam um cenário econômico complexo, marcado por taxas de juros elevadas, **inflação** acima da meta e um mercado de crédito em **desaceleração**. Enquanto o Banco Central busca controlar a **inflação**, famílias e empresas enfrentam custos de financiamento crescentes e maiores dificuldades de pagamento, o que exige atenção redobrada das políticas públicas e do setor financeiro para mitigar os riscos de inadimplência e assegurar a estabilidade econômica nos próximos anos.

Site: <https://oestadoce.com.br/edicao-do-dia/02-01-2025/>